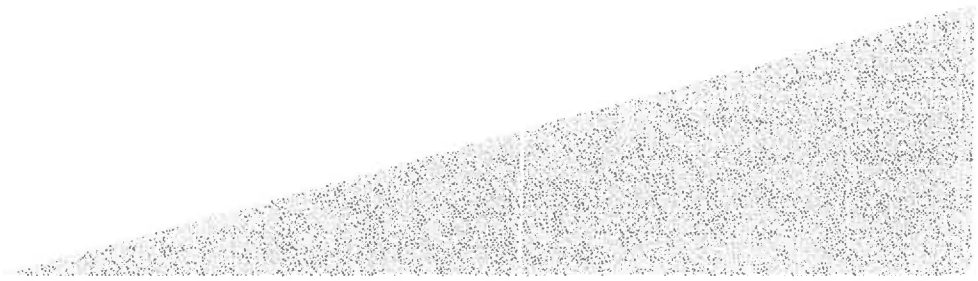
MARQUES DE ALMEIDA, J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS, SROC, S.A.



RELATÓRIO DE AUDITORIA

MUNICÍPIO DE PORTO DE MÓS

Exercício de 2019

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Exmo.(s) Sr.(s)
Presidente da Câmara
Membros do Órgão Executivo
Membros da Assembleia-Municipal

Exmos. Senhores,

1. O presente relatório é emitido com base nas Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

2. Procedemos à revisão legal das contas do **Município de Porto de Mós** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as ISA e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame efetuado emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas com data de 09 de junho de 2020.

3. De acordo com os artigos 76º e 77º da Lei 73/2013 de 3 de setembro, compete ao Revisor Oficial de Contas:

   3.1. A emissão da Certificação Legal das Contas;

   3.2. A emissão da Certificação Legal das Contas Consolidadas;

   3.3. A verificação da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;

   3.4. Participar aos órgãos municipais competentes as irregularidades, bem como os factos que considerem reveladores de graves dificuldades financeiras na prossecução do plano plurianual de investimentos do município;

   3.5. Proceder à verificação dos valores patrimoniais do município, ou por ele recebidos em garantia, depósito ou outro título;

   3.6. Remeter semestralmente aos órgãos executivos e deliberativo informação sobre a situação económica e financeira;

4. O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, os seguintes:

   4.1. Acompanhamento da gestão do município, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários;

4.2. Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pelo município e que se encontram divulgadas no anexo;

4.3. Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;

4.4. Análise do sistema de controlo interno, com vista ao planeamento do âmbito e da extensão dos procedimentos de revisão/auditoria;

4.5. Emissão do relatório semestral, conforme disposto na aliena d) do nº 2 do art. 77º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro;

4.6. Realização dos seguintes testes substantivos, que consideramos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:

a) Verificação dos bens imóveis descritos. Comparação dos valores descritos no sector do património com os valores constantes na contabilidade;
b) Observação das listas de inventariação física de existências e sua valorização, incluindo a apreciação das normas internas aplicáveis à sua execução;
c) Confirmação direta e por escrito junto de terceiros (bancos, clientes, fornecedores e outros devedores e credores) dos saldos das contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, análise e teste das reconciliações subsequentes preparadas pelo município; nos casos em que não foi obtida resposta efetuámos os procedimentos alternativos que consideramos necessários;
d) Análise e teste às reconciliações bancárias preparadas pelo município;
e) Análise das situações justificativas da constituição de ajustamentos para redução de ativos, para passivos ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos;
f) Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à segurança social, caixa geral de aposentações e da ADSE;
g) Análise e teste dos vários elementos de custos, de proveitos, de perdas e ganhos contabilizados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo;
h) Análise do orçamento e verificação do respetivo grau de execução orçamental;
i) Apreciação da política de seguros do imobilizado, incluindo a atualização dos capitais seguros;
j) Outros testes considerados relevantes.

4.7. Solicitação da declaração do órgão executivo.

5. Em consequência do trabalho efetuado entendemos dever relatar alguns aspetos que, por não terem materialidade, isoladamente ou em conjunto, não foram incluídos na Certificação Legal das Contas. Entendemos ainda dever relatar, dada a sua relevância e

significado, alguns aspetos de controlo interno, de contabilidade e/ou de informação de gestão em uso ou outros, que poderão ser objeto de melhoria.

6. Finalmente cumpre-nos informar que apreciámos o relatório do órgão executivo e que verificamos a conformidade da informação financeira nele constante com as demonstrações financeiras do exercício.

7. Como nota final, gostaríamos de salientar e agradecer toda a colaboração recebida dos colaboradores e responsáveis do município.

I. Introdução

1. O **Município de Porto de Mós**, adiante designado de município, encontra-se registado no Registo Nacional de Pessoas coletivas sob o número 505 586 401;

2. A sede do Município está localizada na Praça da República;

3. O objetivo estratégico do município passa pela promoção do bem-estar da população e a qualificação do concelho, assentes na valorização dos recursos, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável e da participação dos cidadãos. Para a prossecução destes objetivos a sua atividade baseia-se na matriz de competências e atribuições definidas na lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.

4. Em 31 de dezembro de 2019, o município contava com 295 funcionários, sendo a contabilidade processada e supervisionada por técnico pertencente aos quadros do município.

5. Os membros do órgão executivo são assim compostos:

CARGO	TITULAR
Presidente	José Jorge Couto Vala
Vice-presidente	Eduardo Manuel Ferreira Amaral
Vereador	Telma Cristina Rodrigues da Cruz
Vereador	Rui Fernando Correia Marto
Vereador	Marco Paulo Barbosa Lopes
Vereador	Anabela dos Santos Martins
Vereador	Sofia Margarida Amado Pereira Caetano

6. Legislação especifica: Lei 73/2013 de 3 de setembro – Lei das Finanças Locais; e POCAL.

II. Principais políticas contabilísticas

2.1. Políticas Contabilísticas da Autarquia

2.1.1. Amortizações e Reintegrações

Os critérios utilizados para as amortizações e reintegrações do imobilizado consideram-se, na generalidade, dentro dos limites da razoabilidade e apresentam-se consistentes com os que vinham a ser utilizados no exercício anterior.

2.1.2. Valorimetria

3.1.2.1 Existências

As existências de matérias-primas, subsidiárias e de consumo, encontram-se registadas ao custo de aquisição.

3.1.2.2 Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas estão registadas ao custo de aquisição, líquido das amortizações acumuladas.

3.1.2.3 Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas estão registadas ao custo de aquisição, líquido das amortizações acumuladas.

3.1.2.4 Investimentos financeiros

As participações financeiras detidas pelo Município de Porto de Mós encontram-se registadas ao custo de aquisição.

2.1.3. Especialização de exercícios

Não tivemos conhecimento de situações que coloquem em causa este princípio.

2.2. Conformidade das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do Município de Porto de Mós, com as salvaguardas referidas no presente relatório, estão em conformidade com as normas contabilísticas nacionais e internacionais aplicáveis, nomeadamente o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

III. Notas às contas do Balanço

As demonstrações financeiras à data de 31 de dezembro de 2019, encontram-se nos anexos I e II do presente relatório. Os valores estão expressos em euros

3.1. Imobilizado

3.1.1. Imobilizado Incorpóreo

Os movimentos ocorridos nesta rubrica, no corrente exercício, foram os seguintes:

POC	DESIGNAÇÃO	31 DEZ 2018	AQUISIÇÕES	ABATES	TRANSFER.	31 DEZ 2019
43	IMOBILIZADO INCORPÓREO					
1	Despesas de Instalação	130 254,33	8 851,94	0,00	0,00	139 106,27
2	Despesas de Investigação e Desenvolv.	5 000,00	0,00	0,00	0,00	5 000,00
3	Propriedade Industrial e Outros Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4	Trespasses	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
443	Imobilizado em Curso	0,00	17 190,67	0,00	0,00	17 190,67
	TOTAL IMOB. BRUTO	135 254,33	26 042,61	0,00	0,00	161 296,94
48	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS					
31	Despesas de Instalação	130 254,33	2 950,35	0,00	0,00	133 204,68
32	Despesas de Investigação e Desenvolv.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Propriedade Industrial e Outros Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Trespasses	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL AMORTIZAÇÕES	130 254,33	2 950,35	0,00	0,00	133 204,68
	N E T	5 000,00	28 992,96	0,00	0,00	28 092,26

As imobilizações incorpóreas são amortizadas por um período de 3 anos, conforme critérios de valorimetria do POCAL (ponto 4.1.8.)

3.1.2. Imobilizado Corpóreo e Bens de Domínio Público

POC	DESIGNAÇÃO	31 DEZ 2017	AQUISIÇÕES/ REGULARIZAÇÕES	ABATES/ AJUSTAMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	31 DEZ 2018
42	IMOBILIZADO CORPÓREO					
1	Terrenos e Recursos Naturais	5 972 560,26	25 230,00	0,00	0,00	5 997 790,26
2	Edificios e Outras Construções	39 686 295,55	48 750,00	0,00	644 367,86	40 379 413,41
3	Equipamento Básico	6 122 267,75	322 287,63	44 291,48	71 496,98	6 471 760,88
4	Equipamento Transporte	2 601 156,64	28 821,16	0,00	0,00	2 629 977,80
5	Ferramentas e Utensílios	155 337,37	7 575,92	0,00	0,00	162 913,29
6	Equipamento Administrativo	1 402 610,72	59 343,97	11 023,71	0,00	1 450 930,98
7	Taras e Vasilhame	356,70	0,00	0,00	0,00	356,70
9	Outras Imobilizações Corpóreas	173 595,02	552,02	21 424,84	0,00	152 722,20
	Sub-Total	56 114 180,01	492 560,70	76 740,03	715 864,84	57 245 865,52
442	Imobilizado em Curso	1 539 345,55	2 176 325,50	8 302,51	-709 203,27	2 998 165,27
448	Adiantamentos P/ Conta Imob. Corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO					
451	Terrenos e Recursos Naturais	63 572,51	0,00	0,00	0,00	63 572,51
452	Edificios	125 618,72	0,00	0,00	0,00	125 618,72
453	Outras Construções e Infraestruturas	37 659 121,58	21 848,93	0,00	517 907,31	38 198 877,82
455	Bens Pat. Hist. Artístico	77 562,92	0,00	0,00	0,00	77 562,92
459	Outros Bens de Domínio Público	60 543,00	0,00	0,00	0,00	60 543,00
	Sub-Total	37 986 418,73	21 848,93	0,00	517 907,31	38 526 174,97
445	Imobilizado em Curso	808 795,87	726 910,60	103 639,61	546 417,81	885 649,05
446	Adiantamentos P/ Conta O.B.D. Público	0,00				0,00
	TOTAL IMOB. BRUTO	96 448 740,16	3 417 645,73	188 682,15	1 070 986,69	99 655 854,81
48	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS					
21	Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Edificios e Outras Construções	10 574 284,14	1 215 612,51	15 294,30	0,00	11 774 602,35
23	Equipamento Básico	4 353 546,37	439 260,52	43 485,93	0,00	4 749 320,96
24	Equipamento Transporte	2 016 778,76	124 731,81	0,00	0,00	2 141 510,57
25	Ferramentas e Utensílios	140 115,56	6 608,66	0,00	0,00	146 724,22
26	Equipamento Administrativo	1 159 750,36	105 100,11	7 334,63	0,00	1 257 515,84
27	Taras e Vasilhame	260,61	19,22	0,00	0,00	279,83
29	Outras Imobilizações Corpóreas	39 270,13	1 380,83	21 424,84	0,00	19 226,12
52	Edificios	25 123,76	6 280,94	0,00	0,00	31 404,70
53	Outras Construções e Infraestruturas	22 444 864,99	1 888 669,17	0,00	0,00	24 333 534,16
55	Bens Pat. Hist. Artístico	33 012,50	3 301,25	0,00	0,00	36 313,75
59	Outros Bens de Domínio Público	27 244,35	3 027,15	0,00	0,00	30 271,50
	TOTAL AMORTIZAÇÕES	40 814 251,53	3 793 992,17	87 539,70	0,00	44 520 704,00
	N E T	55 634 488,63	-376 346,44	101 142,45	1 070 986,69	55 135 150,81

Dos movimentos ocorridos na rubrica de imobilizado corpóreo salientamos:

- A transferência 711.612,12 euros de imobilizado em curso corpóreo para imobilizado corpóreo, e a transferência de 546.417,81 euros de imobilizado em curso bens de domínio público para bens de domínio público. Em relação ao primeiro montante destacam-se as obras em propriedade alheia, nomeadamente, as obras de requalificação do Castelo de Porto de Mós (250.456,93 euros), do parque caravanismo de S. Bento (71.488,79 euros) e a requalificação da zona envolvente do parque de campismo do Arrimal (81.582,20 euros). No que toca ao segundo montante destacamos a pavimentação das ruas de S. Bento (283.357,77 euros) e a obra do miradouro na corredoura (115.631,16 euros).

Os bens de domínio público: terrenos e recursos naturais e bens do património histórico e cultural não estão sujeitos a deperecimento, conforme estipulado na al. g), nº1 do art. 36º e na al. a).nº1 do art. 36º da Portaria nº 671/00 de 17 de Abril (CIBE), respetivamente.

Dos testes efetuados às amortizações do exercício, verificámos que os valores foram calculados de acordo com as taxas máximas previstas na Portaria nº 671/2000 (II série) de 17 de abril.

Efetuamos o cruzamento entre os valores registados na contabilidade e os valores evidenciados nos mapas do património do Município não tendo sido detetadas quaisquer diferenças.

De referir que as aquisições de imobilizado efetuado no exercício de 2019 se encontram devidamente autorizadas, tendo sido seguido o estipulado no manual de controlo interno.

Os imóveis do Município encontram-se cobertos por seguros.

Conforme nota 8.2.13 das notas ao balanço e à demonstração de resultados há bens, nomeadamente equipamento básico e administrativo, que foram inventariados em exercícios anteriores com valor zero, uma vez que eram bens antigos, não existia documentos de suporte à sua aquisição e para os quais não foi possível atribuir um valor de mercado.

Existem ainda bens que foram doados ao Município e integrados no património por deliberação do órgão executivo cuja valorização não foi possível apurar, pelo que os mesmos assumiram o valor zero, aquando da sua integração no inventário.

No entanto ainda existe património que não está evidenciado nas demonstrações financeiras por não estar em nome do Município. Recomendamos que sejam encetados os procedimentos necessários com o intuito de afetar esses bens à titularidade do Município.

Não nos foi possível confirmar o registo predial da titularidade de alguns bens imoveis que integram o Ativo Imobilizado Corpóreo e cujo valor líquido é de 19.997,09 euros. Tal facto não influência o reconhecimento e mensuração dos mesmos nas demonstrações financeiras, mas constitui uma limitação ao nosso trabalho e consequentemente à emissão da nossa opinião.

3.2. Investimentos Financeiros

As participações financeiras detidas pelo Município à data de 31 de dezembro de 2019 encontram-se registadas pelo custo de aquisição.

O saldo no balanço corresponde às seguintes participações:

Empresa	Valor da Participação	%	Método Aplicado
Investimentos financeiros			
Partes de capital			
Empresas municipais e intermunicipais			
Valorlis - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	86 600,00 €	4,33%	Método Custo
AdCL-Águas do Centro Litoral,SA (Simlis - Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, S.A.)	81 055,00 €	0,20%	Método Custo
Empresas privadas ou cooperativas			
Mapicentro, S.A.	230,00 €	0,01%	Método Custo
Open Associação para Opurtunidades Esp. De Negócio	500,00 €	0,00%	Método Custo
	168 385,00 €		
Obrigações e Títulos de Participação			
Fundo de Apoio Municipal (FAM)	523 948,50 €		
	523 948,50 €		
Investimentos em imóveis			
Terrenos e recursos naturais	1 350 315,86 €		
Edifícios e outras construções	2 912,00 €		
	1 353 227,86 €		
Total	**2 045 561,36 €**		

Salientamos o aumento da rubrica de terrenos e recursos naturais em investimentos em imóveis destinados ao parque industrial de Porto de Mós.

Os testes efetuados permitiram-nos concluir que, em termos globais, o valor contabilístico das participações é superior ao seu custo de aquisição.

No entanto, tendo em atenção o princípio da prudência o Município criou as seguintes provisões:

Empresa	Valor da Participação	Provisão
Investimentos financeiros		
Partes de capital		
Empresas municipais e intermunicipais		
Valorlis - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	86 600,00 €	- €
AdCL-Águas do Centro Litoral,SA (Simlis - Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, S.A.)	81 055,00 €	- €
Empresas privadas ou cooperativas		
Mapicentro, S.A.	230,00 €	230,00 €
Open Associação para Opurtunidades Esp. De Negócio	500,00 €	- €
Total	**168 385,00 €**	**230,00 €**

Relativamente à constituição da provisão, o Município manteve a provisão da Mapicentro, S.A., no valor da percentagem no capital próprio. Uma vez que a participada apresenta um capital próprio negativo, o município teria apenas que reforçar a provisão até ao valor da sua participação.

3.3. Existências

Existências	31.12.19	31.12.18
Mercadorias	15 116,32	12 432,76
Matérias-primas	11 300,13	13 096,24
Materias diversos	192 249,35	188 397,48
Total	**218 665,80**	**213 926,48**

O saldo de balanço respeita às mercadorias, matérias-primas, subsidiárias e de consumo, em armazém à data de 31 de dezembro de 2019.

Foi realizada uma contagem física no dia 18/12/2019, tendo sido presenciada pelos auditores.

Na sequência das contagens físicas, foram detetadas algumas diferenças entre sistema de gestão de stock (GES) e o existente em armazéns, o que deu origem a uma regularização.

3.4. Clientes

À data de 31 de dezembro de 2019 a decomposição desta rubrica é a seguinte:

Clientes	31.12.19	31.12.18
Clientes c/c	0,00	0,00
Contribuintes c/c	5 871,07	3 932,80
Utentes c/c	297 509,33	250 991,51
Clientes c/caução	0,00	0,00
Clientes/Utentes/Cont. Cob. Duv.	120 189,44	161 549,74
Total	**423 569,84**	**416 474,05**

Tendo por base o estipulado no POCAL no ponto 2.7.1- provisões, o Município constituiu uma provisão para clientes de cobrança duvidosa no valor de 120.189,44 euros.

Provisões	31.12.19	31.12.18
Para Cobranças duvidosas	120 189,44	161 549,74
Total	**120 189,44**	**161 549,74**

Dado que a maior parte dos clientes são particulares não foi efetuada a circularização dos saldos.

3.5. Estado e outros entes públicos

À data de 31 de dezembro de 2019, a decomposição desta rubrica é a seguinte:

Estado e O. E. Públicos	31.12.19	31.12.18
Retenção de Imp. s/Rend	0,00	-25748,47
Imposto s/ Valor Acrescentado	29 192,21	373 497,84
Restantes Impostos	0,00	0,00
Contribuições para a S.S. e CGA	-36 111,62	-91 549,30
Outras tributações	-156,65	-416,31
Total	**-7 076,06**	**255 783,76**

O saldo da rubrica "Imposto sobre o valor a Acrescentado" respeita a um valor a recuperar, no montante de 29.192,21 euros.

Em relação aos restantes impostos verificámos que, mensalmente, foram efetuadas as entregas dos valores retidos, dentro dos prazos legais, relativos às retenções na fonte sobre rendimentos de trabalho dependente e independente, aos descontos para a segurança social, e aos valores respeitantes aos restantes impostos e outras tributações.

Testámos, por amostragem, igualmente a adequabilidade da aplicação das taxas de retenção na fonte, da segurança social e da caixa geral de aposentações, não tendo detetado discrepâncias.

3.6. Outros Devedores e Credores

À data de 31 de dezembro de 2019, a decomposição desta rubrica é a seguinte:

Outros Devedores e Credores	31.12.19	31.12.18
Fornecedores de Imobilizado	47 539,46	48 476,28
Leasing	0,00	0,00
Sindicatos	0,00	3 609,31
Pessoal	18,07	38 035,72
Administração Autarquica	20 502,67	10 833,66
Devedores e Credores Diversos	570 442,04	744 450,81
Total	**638 502,24**	**845 405,78**

Efetuámos a circularização dos saldos de fornecedores de imobilizado à data de 31 de dezembro de 2019, selecionando 96%, do saldo, tendo obtido resposta de 56%. Em relação aos fornecedores que não responderam (44%) efetuamos procedimentos alternativos que se revelaram satisfatórios.

Solicitamos ao Município o mapa de responsabilidades de crédito no Banco de Portugal, analisando a informação obtida e comparando-a com o saldo evidenciado no balanço, não tendo sido detetadas discrepâncias.

Na rubrica do pessoal foram testados, com base numa amostra aleatória, 74 recibos de vencimento (referentes ao processamento de salários do mês de março, junho, setembro e de dezembro). Efetuamos, o cruzamento da informação constante na folha de remunerações com cadastro individual e testamos a adequação das taxas de retenção na fonte, das taxas de segurança social, das taxas da Caixa Geral de Aposentações e da ADSE. Da amostra selecionada não foram detetadas exceções dignas de realce.

3.7. Disponibilidades

À data de 31 de dezembro de 2019 a decomposição desta rubrica é a seguinte:

Disponibilidades	31.12.19	31.12.18
Caixa	2 070,78	768,33
Depósitos		
Caixa Geral de Depósitos	386 388,88	132 923,38
Caixa Económica Montepio Geral	1 765 766,05	1 778 519,12
Novo Banco	47 887,03	91 431,65
Caixa Central de Crédito Agricola Mútuo, CRL	658 720,04	219 194,49
Banco Santander Totta	549 614,24	52 329,42
Millenium BCP	56 965,45	307 234,93
Banco BPI	22 463,34	26 326,72
Banco BIC	548 570,19	612 022,09
	4 036 375,22	3 219 981,80
Total	**4 038 446,00**	**3 220 750,13**

A caixa não funciona em sistema de fundo fixo, contudo, são efetuadas contagens diárias pelo responsável da caixa. O manual de controlo interno é cumprido pelos funcionários desta área

Procedemos à confirmação externa de saldos do banco Caixa Geral de Depósitos com referência a 31 de dezembro de 2019, tendo sido obtida resposta.

Efetuámos testes às reconciliações bancárias preparadas pelo Município com referência a 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2019, tendo-se verificado que as diferenças de reconciliação se encontravam devidamente justificadas e materializadas.

À data de 31 de dezembro os depósitos a prazo do município ascendiam a 1.251.750 euros.

3.8. Acréscimos e diferimentos

A composição desta rubrica à data de 31 de dezembro de 2019 é a seguinte:

Acréscimos e Diferimentos	31.12.19	31.12.18
Acréscimos de proveitos	4 197 327,98	4 042 192,17
Custos diferidos	74 183,69	32 321,32
Acréscimos de custos	-708 666,30	-729 860,69
Proveitos diferidos	-12 093 719,83	-12 176 185,67
Total	**-8 530 874,46**	**-8 831 532,87**

Do total de saldo da rubrica acréscimos de proveitos evidenciamos o valor de 2.556.400 euros referente à estimativa do IMI, o montante de 610.300 euros relacionado com a derrama, a participação no IRS no valor 575.904 euros referente ao ano de 2019, a receber no ano de 2020 e de 125.495,50 euros da participação dos municípios na receita de IVA referente a 2019 a receber em 2021. Dos testes efetuados consideramos que os valores diferidos são adequados.

No tocante aos custos diferidos salientamos a especialização dos seguros. Dos testes efetuados concluímos que os valores apurados são adequados.

Do valor evidenciado em acréscimos de custos, salientamos o montante de 627.754,90 euros referente à estimativa de custos com a remuneração de férias e subsídio de férias e os respetivos encargos, vencidos em 2019, a liquidar em 2020. Dos testes efetuados consideramos que a estimativa se releva adequada.

No respeitante aos proveitos diferidos salientamos o montante de 12.093.719,83 euros referente aos subsídios recebidos. Os montantes não foram circularizados junto das respetivas entidades.

3.9. Fundos próprios

Os movimentos registados nesta rubrica no corrente exercício foram os seguintes:

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
51 Património	19 701 283,54	79 992,91	79 992,91	19 701 283,54
	0,00			0,00
	19 701 283,54	**79 992,91**	**79 992,91**	**19 701 283,54**
55 Ajustamentos Partes Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
56 Reservas de Reavaliação	0,00			0,00
57 Reservas	0,00			0,00
571 Reservas Legais	1 222 881,60	72 010,18		1 294 891,78
572 Reservas Estatutárias	0,00			0,00
573 Reservas Contratuais	0,00			0,00
574 Reservas Livres	0,00			0,00
575 Subsídios	0,00			0,00
576 Doações	3 450,00			3 450,00
	1 226 331,60	**72 010,18**	**0,00**	**1 298 341,78**
59 Resultados Transitados	28 103 935,96	920 606,38	72 010,18	28 952 532,16
88 Resultado Líquido do Exercício	720 101,88	878 749,08	720 101,88	878 749,08
89 Dividendos Antecipados	0,00			0,00
T O T A L	**49 751 652,98**	**1 951 358,55**	**872 104,97**	**50 830 906,56**

Dos movimentos ocorridos salientamos:

- A transferência do resultado líquido do exercício de 2018 no valor de 720 101,88 euros, da seguinte forma:
  - Resultados transitados – 648.091,70 euros
  - Reservas legais – 72.010,18 euros
- O resultado líquido do exercício de 2019 foi de 878.749,08 euros.

De acordo com as contas a 31 de dezembro de 2019 a conta de património evidencia um saldo de 19.701.283,54 euros, o que corresponde a cerca de 29,81% do ativo. Esta situação encontra-se em cumprimento com o previsto no ponto 2.7.3.4. do POCAL (é obrigatório o reforço do património até que o valor contabilístico da conta 51 corresponda a 20% do ativo).

3.10. Dívidas a instituições de crédito

A composição da rubrica, à data de 31 de dezembro de 2019, é a seguinte:

Dívidas a Instituições de Crédito	31.12.19	31.12.18
Empréstimos Bancários		
Médio e Longo Prazo		
Caixa Geral de Depósitos	315 991,06	445 968,29
Banco Santander Totta	60 561,94	80 688,40
Banco BPI	858 300,62	946 869,74
Novo Banco	184 615,40	230 769,25
Total	**1 419 469,02**	**1 704 295,68**

Solicitamos ao município o mapa de responsabilidades de crédito no Banco de Portugal, onde analisámos a informação obtida comparando-a com o saldo evidenciado no balanço, não tendo sido encontradas discrepâncias.

O município desagregou os empréstimos de médio e longo prazo, de acordo com a nota explicativa da Satapocal, em componente a pagar no curto prazo e no médio e longo prazo:

Dívidas a Instituições de Crédito	31.12.19
Empréstimos Bancários	
Componente a pagar no médio e longo prazo	
Médio e Longo Prazo	
Caixa Geral de Depósitos	235 549,09
Banco Santander Totta	40 359,66
Banco BPI	769 306,58
Novo Banco	138 461,54
Total	**1 183 676,87**

Dívidas a Instituições de Crédito	31.12.19
Empréstimos Bancários	
Componente a pagar no curto prazo	
Caixa Geral de Depósitos	80 441,97
Banco Santander Totta	20 202,28
Banco BPI	88 994,04
Novo Banco	46 153,86
Total	**235 792,15**

3.11. Fornecedores

A composição desta rubrica à data de 31 de dezembro de 2019 é a seguinte:

Fornecedores	31.12.19	31.12.18
Fornecedores c/c	215 886,31	111 010,69
Total	**215 886,31**	**111 010,69**

Efetuamos a circularização dos saldos de fornecedores à data de 31 de dezembro de 2019. Selecionámos 63% do saldo tendo obtido resposta de 47%. Destes, 78% eram respostas concordantes e 22% foram respostas reconciliadas. Em relação aos fornecedores que não responderam (53%) efetuamos procedimentos alternativos que se revelaram satisfatórios.

3.12. Provisões para Riscos e Encargos

No âmbito do processo de circularização junto dos advogados que prestam serviços ao município obtivemos resposta das seguintes sociedades de advogados: Vieira da Luz & Associados e VPSM & Associados - Sociedade de Advogados, R.L.

Identificamos 14 ações judiciais em curso à data de 31 de dezembro de 2019. O valor destas ações totaliza 1.560.260,63 euros. Em relação a uma ação que totaliza 30.000,01 euros, os advogados são da opinião que não haverá responsabilidades para o município. Em duas ações judiciais a responsabilidade do Município não está quantificada.

No entanto, em relação a cinco ações judiciais, que perfazem o montante de 1.406.819,65 euros o advogado refere que as responsabilidades do Municipio apenas serão estimáveis após audiência de julgamento e o Municipio afiança que não tem responsabilidade sobre as mesmas (conforme ofício com referência interna n.º 2020/150.20.404/1).
As restantes seis ações o municipio criou uma provisão de 123.440,97 euros.

Conforme decorre do ponto 2.7.1. do POCAL *"a constituição de provisões deve respeitar apenas situações a que estejam associados riscos e em que não se trate de uma simples estimativa de um passivo certo, não devendo a importância ser superior às necessidades(...) são consideradas situações a que estejam associados riscos as que se referem, nomeadamente(...) a obrigações e encargos derivados de processos judiciais em curso".*

Esta responsabilidade, decorrente de risco de natureza específica, susceptível de, no futuro, se traduzir numa obrigação para o município não está relevada nas demonstrações financeiras.

Apesar do orgão executivo, tal como é referido no ponto 8.2.3.7. das notas ao balanço e à demonstração de resultados, não prever quaisquer responsabilidades para o município, tendo em atenção o princípio da prudência, previsto no POCAL, aconselhamos que o municipio constitua uma provisão para este possível encargo. A criação de uma provisão, no exercício de 2019, iria diminuir o resultado e aumentar o passivo em 1.406.819,65 euros.

Este parece ser também o entendimento do Tribunal de Contas, onde no seu relatório nº9/2013 – 2ª seção, relativo a uma auditoria financeira realizada ao município do Alandroal, conclui o seguinte: *"Na sequência das indagações realizadas junto dos serviços de apoio jurídico apura-se a existência de 34 ações judiciais (...) envolvendo a reclamação de verbas no montante M€ 2,4. A autarquia não constituiu provisões para riscos e encargos decorrentes das referidas ações judiciais (...)"*; recomendando o seguinte: *"Dar maior rigor e ponderação na contituição de provisões (...) para riscos e encargos de modo a espelhar no balanço, de forma adequada, riscos e responsabilidades de ocorrência provável ou certa, mas incerta quanto ao seu valor ou data de ocorrência."*

IV. Análise económica e financeira

Da análise comparativa ao balanço e à demonstração de resultados, evidenciamos:

- As contas de imobilizado representam 86,6% do ativo do município. Destas, são as imobilizações corpóreas e os bens de domínio público, as rubricas mais relevantes;
- Face ao período homólogo as imobilizações corpóreas aumentaram 1,99% (cerca 785 milhares de euros);
- A diminuição de cerca de 1.285 milhares de euros nos bens de domínio público deve-se às depreciações do exercício;
- Em relação às restantes rubricas do ativo destacamos a aumento de 25,39% (818 milhares de euros) nos depósitos bancários e caixa;
- Face ao período homólogo as dívidas de terceiros c/p diminuiram 45,68%, ou seja, 291 milhares de euros;
- Face ao período homólogo o ativo aumentou 0,86%;
- As principais rúbricas do passivo são os proveitos diferidos (79,3%) e as dívidas a instituições de crédito (9,30%);
- As dívidas a terceiros de curto prazo diminuíram 198 milhares de euros (14,83%);
- As principais rubricas de custos são os custos com o pessoal (31,00%), os fornecimentos e serviços externos (33,65%) e as amortizações do exercício (21,52%). Face ao verificado no período homólogo os custos com o pessoal aumentaram 3,55%, as amortizações do exercício aumentaram 0,46% e os fornecimentos e serviços externos aumentaram em 2,98%;
- Os custos financeiros sofreram uma diminuição de 29,00%;
- A principal rubrica de proveitos são as transferências e subsídios obtidos, que face ao período homólogo aumentou 8,49%;
- Os proveitos e ganhos financeiros aumentaram 2,01%;
- O resultado líquido do exercício, os resultados operacionais e os resultados financeiros aumentaram comparativamente com o exercício anterior, o mesmo não acontece com os resultados extraordinários que diminuíram face ao ano anterior.

V. Principais rácios financeiros

Em termos financeiros, passamos a evidenciar a evolução do Município:

Indicadores			2019		2018		Variação
Equilíbrio de curto prazo	Liquidez Geral	Ativo Circulante / Passivo Circulante	4 602 842,91 / 1 139 607,47	403,90%	4 071 156,30 / 1 338 046,63	304,26%	99,64%
	Liquidez Reduzida	Ativo circulante - existências / Passivo circulante	4 384 177,11 / 1 139 607,47	384,71%	3 857 229,82 / 1 338 046,63	288,27%	96,44%
	Liquidez imediata	Disponibilidades / Passivo circulante	4 038 446,00 / 1 139 607,47	354,37%	3 220 750,13 / 1 338 046,63	240,71%	113,67%
Imobilizações	Indicador das imobilizações I	Capitais permanentes / Imobilizado líquido	52 014 583,43 / 57 205 662,43	90,93%	51 200 090,12 / 57 369 449,59	89,25%	1,68%
	Indicador das imobilizações II	Capitais alheios de c p / Imobilizado líquido	1 139 607,47 / 57 205 662,43	1,99%	1 338 046,63 / 57 369 449,59	2,33%	-0,34%
Endividamento	Endividamento	Passivo / Ativo Líquido	15 249 110,45 / 66 080 017,01	23,08%	15 763 466,40 / 65 515 119,38	24,06%	-0,98%
	Estrutura de endividamento I	Dívidas de MLP / Passivo	1 183 676,87 / 15 249 110,45	7,76%	1 448 437,14 / 15 763 466,40	9,19%	-1,43%
	Estrutura de endividamento II	Dívida financeira de MLP / Passivo	1 183 676,87 / 15 249 110,45	7,76%	1 419 328,89 / 15 763 466,40	9,00%	-1,24%
	Estrutura de endividamento III	Dívidas de CP / Passivo	1 139 607,47 / 15 249 110,45	7,47%	1 338 046,63 / 15 763 466,40	8,49%	-1,02%

Podemos verificar que os rácios de liquidez registaram uma melhoria face ao período anterior, com aumentos na ordem dos 100%, o que denota um aumento da capacidade do município fazer face ao seu passivo de curto prazo. Esta melhoria foi conseguida através de um aumento das disponibilidades.

Em relação ao endividamento constatamos que este registou uma diminuição, quer em termos absolutos, quer comparando com o ativo líquido do município.

A dívida de mlp é unicamente constituída pela dívida financeira, que representa 7,76% do total do passivo do município, diminuindo o seu peso em 1,24% face ao ano anterior.

Verificamos igualmente que a dívida de curto prazo diminuiu 198 milhares de euros, representando actualmente 7,47% do total do passivo.

Como foi referido anteriormente, cerca de 77% do passivo é constituído por proveitos diferidos relacionados com os subsídios atribuídos ao Município.

Análise à execução orçamental

A análise da execução orçamental com referência ao período em apreço é realizada comparando os montantes executados com o orçamento anual.

Com referência a 31 de dezembro de 2019 a execução orçamental do Município pode ser analisada como se segue:

	2019		2018
	VALOR	%	%
DESPESAS CORRENTES	13 204 945,00	92,38%	90,08%
DESPESAS DE CAPITAL	4 531 650,10	64,83%	68,97%
TOTAL	**17 736 595,10**	**83,33%**	**83,27%**

	2019		2018
	VALOR	%	%
RECEITAS CORRENTES	17 072 167,41	99,63%	98,78%
RECEITASDE CAPITAL	1 525 033,95	94,21%	63,00%
OUTRAS RECEITAS	2 530 023,16	100,00%	100,00%
TOTAL	**21 127 224,52**	**99,26%**	**94,53%**

Em termos globais e aritméticos, a execução orçamental do Município de Porto de Mós com referência a 31 de dezembro de 2019, apresenta-se positiva, tendo em conta que a execução da receita total (99,26%) é superior à execução da despesa total (83,33%). A execução das receitas encontra-se abaixo do orçamentado, tal como acontece com a execução da despesa.

Chama-se a atenção que para efeitos do n.º 3 do Art.º 56 da lei 73/2013 de 3 de setembro, caso o Município apresente em dois anos consecutivos uma taxa de execução de receita inferior a 85% do previsto no orçamento são desencadeados os mecanismos de alerta definidos naquele artigo. O Município de Porto de Mós, apresentou no exercício de 2018 uma taxa de execução das receitas de 94,53%.

5.1. Controlo orçamental da receita[1]

Como se pode verificar pelo quadro a seguir apresentado, com referência a 31 de dezembro de 2019, a receita executada ficou abaixo do orçamento efetuado (desvio de cerca de 157 milhares de euros, em termos percentuais o desvio foi de - 0,74%)

Código	Descrição	Previsão Corrigida	Peso %	Receita Cobrada Líquida	Grau de Execução	GRAU DE EXECUÇÃO N-1
01	IMPOSTOS DIRECTOS	4 407 218,00	20,7%	4 366 053,16	99,07%	97,5%
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	85 410,00	0,4%	87 304,35	102,22%	92,7%
04	TAXAS MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	136 086,00	0,6%	132 300,68	97,22%	98,5%
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	983 051,00	4,6%	975 650,45	99,25%	98,0%
06	TRANSFERENCIAS CORRENTES	8 262 769,00	38,8%	8 254 290,20	99,90%	101,5%
07	VENDAS DE BENS E SERVIÇOS	2 888 224,00	13,6%	2 885 000,63	99,89%	94,2%
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	372 400,00	1,7%	371 567,94	99,78%	72,2%
	TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	**17 135 158,00**	**80,5%**	**17 072 167,41**	**99,63%**	**98,78%**
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	11 006,00	0,1%	800,00	7,27%	80,14%
10	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1 562 827,20	7,3%	1 479 233,95	94,65%	59,98%
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	45 000,00	0,2%	45 000,00	100,00%	97,99%
	TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	**1 618 833,20**	**7,6%**	**1 525 033,95**	**94,21%**	**63,00%**
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	6 000,00	0,0%	5 912,66	98,54%	98,25%
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	2 524 110,50	11,9%	2 524 110,50	100,00%	100,00%
	TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS	**2 530 110,50**	**11,9%**	**2 530 023,16**	**100,00%**	**100,00%**
	TOTAL	**21 284 101,70**	**100,0%**	**21 127 224,52**	**99,26%**	**94,53%**

As receitas com maior peso contempladas no orçamento são as transferências correntes (representam 38,80% do total das receitas), os impostos diretos (representam 20,70% do total das receitas), as vendas de bens e serviços (representam 13,6% do total das receitas) e as transferências de capital (representam 7,3% do total das receitas).

Podemos também verificar que das receitas correntes apenas os impostos indiretos ficaram acima do montante orçamentado. Em relação às receitas de capital todas ficaram abaixo do montante orçamentado.

A taxa de execução da receita corrente e a de capital, em comparação com o período homólogo, tiveram uma variação positiva de 0,85 e de 31,20 pontos percentuais, respetivamente. No global a taxa de execução da receita teve uma variação positiva de 4,73 pontos percentuais.

[1] Para efeitos de cálculo consideramos a receita liquida.

5.2. Controlo orçamental da despesa

Como se pode verificar pelo quadro a seguir apresentado, com referência a 31 de dezembro de 2019, a despesa executada ficou abaixo do orçamento efetuado em cerca de € -3 547 506,60 (desvio de cerca de -16,67%).

Código	Descrição	Dotações Corrigidas	Peso %	Despesa Paga	Grau de Execução	GRAU DE EXECUÇÃO N-1
01	CUSTOS COM O PESSOAL	5 668 045,12	26,63%	5 417 725,56	95,58%	94,28%
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	6 965 510,58	32,73%	6 255 476,84	89,81%	87,54%
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	7 660,00	0,04%	5 600,99	73,12%	66,20%
04	TRANSFERENCIAS CORRENTES	1 109 620,00	5,21%	1 042 796,62	93,98%	91,85%
05	SUBSIDIOS	150,00	0,00%	0,00	0,00%	-
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	543 195,00	2,55%	483 344,99	88,98%	80,20%
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES		**14 294 180,70**	**67,16%**	**13 204 945,00**	**92,38%**	**90,08%**
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	5 984 404,00	28,12%	3 707 274,25	61,95%	67,08%
08	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	647 300,00	3,04%	481 332,69	74,36%	68,86%
09	ACTIVOS FINANCEIROS	58 217,00	0,27%	58 216,50	100,00%	99,88%
10	PASSIVOS FINANCEIROS	300 000,00	1,41%	284 826,66	94,94%	99,85%
11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00%	0,00	-	14,90%
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL		**6 989 921,00**	**32,84%**	**4 531 650,10**	**64,83%**	**68,97%**
TOTAL		**21 284 101,70**	**100,00%**	**17 736 595,10**	**83,33%**	**83,27%**

As despesas com maior peso contempladas no orçamento são as aquisições de bens e serviços (representam 32,73% do total das despesas), as aquisições de bens de capital (representam 28,12% do total das despesas) e as despesas com o pessoal (representam 26,63% do total das despesas).

Podemos também verificar que nenhuma despesa ficou acima do montante orçamentado

As despesas correntes e as despesas de capital tiveram um grau de execução de 92,38% e de 64,83% respetivamente. O que face ao período homólogo representa uma melhoria de 2,30 pontos percentuais em relação às despesas correntes e um agravamento de 4,14 pontos percentuais relativamente às despesas de capital. No global a taxa de execução da despesa apresentou uma ligeira melhoria na ordem dos 0,06 pontos percentuais.

A poupança corrente foi de € 3.867.222,41 (utilizando a receita cobrada líquida).

5.3. Rácios orçamentais

Os principais rácios orçamentais são:

Indicadores	2019		2018		Variação	Observações
Receita líquida total / Despesa total paga	21 127 224,52 / 17 736 595,10	119,12%	20 113 056,32 / 17 717 966,61	113,52%	4,93%	Mede a capacidade das receitas totais cobrirem as despesas totais
Receita corrente / Receita total	17 072 167,41 / 21 127 224,52	80,81%	16 361 496,74 / 20 113 056,32	81,35%	-0,67%	Mede o peso das receitas correntes no total de receitas cobradas
Receita corrente / Despesa correntes	17 072 167,41 / 13 204 945,00	129,29%	16 361 496,74 / 12 986 581,23	125,99%	2,62%	Mede a capacidade das receitas correntes cobradas cobrirem as despesas correntes pagas
Impostos diretos / Receita corrente	4 366 053,16 / 17 072 167,41	25,57%	4 455 163,49 / 16 361 496,74	27,23%	-6,08%	Mede o peso dos impostos diretos no total de receitas correntes
Receita de capital / Receita total	1 525 033,95 / 21 127 224,52	7,22%	1 639 923,41 / 20 113 056,32	8,15%	-11,47%	Mede o peso das receitas de capital no total das receitas cobradas
Receita de capital / Despesa de capital	1 525 033,95 / 4 531 650,10	33,65%	1 639 923,41 / 4 731 385,38	34,66%	-2,91%	Mede a capacidade das receitas de capital cobradas cobrirem as despesas de capital pagas
Despesa corrente / Despesa total	13 204 945,00 / 17 736 595,10	74,45%	12 986 581,23 / 17 717 966,61	73,30%	1,57%	Mede o peso da despesa corrente no total de despesa paga
Despesa de capital / Despesa total	4 531 650,10 / 17 736 595,10	25,55%	4 731 385,38 / 17 717 966,61	26,70%	-4,32%	Mede o peso da despesa de capital no total de despesa paga
Despesas rígidas / Despesa total	5 708 153,21 / 17 736 595,10	32,18%	5 449 409,98 / 17 717 966,61	30,76%	4,64%	Mede o peso que os custos com o pessoal, os juros e outros encargos e os passivos financeiros no total da despesa paga
Despesas rígidas / Receitas totais	5 708 153,21 / 21 127 224,52	27,02%	5 449 409,98 / 20 113 056,32	27,09%	-0,28%	Mede o peso que os custos com o pessoal, os juros e outros encargos, os passivos financeiros e as div. no total da receita
Aquisição de bens de capital / Despesa total	3 707 274,25 / 17 736 595,10	20,90%	3 833 681,78 / 17 717 966,61	21,64%	-3,40%	Mede o peso das despesa com aquisição de bens de capital no total da despesa paga

O rácio da receita líquida total/despesa total paga apresenta-se equilibrado, ou seja as receitas totais disponíveis são superiores às despesas totais pagas. Face a 2018 este rácio regista uma melhoria de 4,93%. Salientamos igualmente que o rácio receita de capital/receitas totais registou um agravamento de 11,47%.

5.4. Principais indicadores orçamentais

Os principais indicadores orçamentais são:

Indicadores	2019	2018	Variação	Observações
Poupança corrente	3 867 222,41	3 374 915,51	492 306,90 14,59%	
Taxa das receitas orçamentadas e não cobradas	0,74%	5,47%	-86,53%	Caso a taxa de execução da receita seja baixa (<90%), estamos perante uma prática de empolamento da previsão das receitas orçamentais. A diferença entre as receitas orçamentadas e as receitas cobradas permite a realização de despesas no referido montante, sem que para tal haja disponibilidades financeiras.
Desfasamento entre a receita orçamentada e a receita cobrada	-156 877,18	-1 164 297,84	1 007 420,66	
Equilíbrio orçamental corrente	129,29%	125,99%	2,62%	
Equilíbrio orçamental de capital	33,65%	34,66%	-2,91%	É normal existir equilíbrio financeiro em sentido formal, i.e., as receitas totais disponíveis são superiores às despesas totais pagas. Quando não existe equilíbrio orçamental em sentido substancial, indicia que o Município perde a capacidade para fazer face, de uma forma atempada, aos compromissos de curto prazo perante terceiros.
Equilíbrio orçamental em sentido formal	119%	114%	4,93%	
Equilíbrio orçamental em sentido substancial	111%	105%	5,55%	

Pelo quadro supra podemos constatar que a poupança corrente aumentou 14,59% (492 milhares de euros) face à verificada no ano anterior.

Em 2019 as receitas cobradas foram inferiores às receitas orçamentadas em 156 milhares de euros, enquanto que em 2018, o desfasamento entre as receitas cobradas e as receitas orçamentadas era de 1 164 milhares de euros. Ou seja, há uma melhoria de 1 007 milhares de euros face ao verificado no ano anterior.

O orçamento do município apresenta equilíbrio financeiro em sentido formal e em sentido substancial.

VI. Pagamentos em atraso, fundos disponíveis e Dívida total

De acordo com o mapa de pagamentos em atraso calculado pela DGAL o Município não tem pagamentos em atraso.

No mapa da DGAL o prazo médio de pagamento é de 9 dias, calculado de acordo com a fórmula de cálculo do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) definida nos termos do Despacho n.º 9870/2009 do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública, de 13 de abril, o que está dentro do limite estipulado por lei (90dias).

Os fundos disponíveis a dezembro de 2019 eram positivos em 3.140.850,98 euros.

De acordo com Lei n.º 73/2013 de 03/09, que revoga a Lei n.º 2/2007, os municípios que ultrapassem o limite da dívida total (1,5 vezes a média receita corrente líquida cobrada do três últimos exercícios) devem recorrer a um dos mecanismos de recuperação financeira previstos: saneamento financeiro ou recuperação financeira. O recurso facultativo ou obrigatório a um daqueles mecanismos deve ser da seguinte forma:

	Dívida total em relação à média da receita corrente líquida cobrada nos 3 últimos exercícios	Saneamento Financeiro	Recuperação Financeira
1	≥ 1 e ≤ 1,5	FACULTATIVO	-
2	> 0,75 (dívida total excluindo empréstimos)	OBRIGATÓRIO	-
3	> 1,5 e < 2,25	OBRIGATÓRIO	-
4	≥ 2,25 e ≤ 3	OBRIGATÓRIO	FACULTATIVO
5	> 3	-	OBRIGATÓRIO

A 31 de dezembro de 2019 o Município não se encontra em situação passível de recurso a um dos mecanismos de recuperação financeira referidos no art. 57º da mesma Lei.

Limite à dívida total	
Receita líquida corrente cobrada nos últimos três anos	**Montante**
2016	15 902 658
2017	16 407 077
2018	16 361 497
Total	**48 671 232**
Média	**16 223 744**
Limite à dívida total das operações orçamentais (1,5 x (RCL N-1 + RCL N-2 + RCL N-3)	**24 335 616**

O limite da dívida é de 24.335.616 euros, sendo a dívida total, excluindo as dívidas não orçamentais de 1.792.978 euros.

	2019	2018
Dívida total	2 294 176	2 699 159
Dívida do art. 54º relevante para a dívida total	37 488	40 173
Dívidas não orçamentais	538 687	696 640
Dívida total (excluindo dívidas não orçamentais)	**1 792 978**	**2 042 692**
Margem absoluta	**22 542 638**	**21 740 951**
Margem Disponível	**4 508 528**	**4 348 190**
Redução do montante em excesso	-	-
Aumento do endividamento	**-249 714**	**-289 249**
Só aumentou até 20% da margem disponível no início do exercício?	**na**	**na**

Face ao verificado a 31 de dezembro de 2018 a dívida total diminuiu 250 milhares de euros, sendo a margem disponível do município de 4.508.528euros

Segundo informações obtidas junta da DGAL é entendimento da Direção-Geral que o valor da dívida da ANMP não releva para efeitos de limite da dívida total, previsto no nº1 do art. 52º da Lei 72/2013 de 3 de setembro.

A margem absoluta do município é de 22.542.638 euros.

O art. 40º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro refere que "*Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas...sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita bruta corrente cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.*"

Pelo quadro infra podemos verificar que o Município de Porto de Mós cumpre o disposto no referido artigo.

2019	**Montante**
(1) Valor das receitas correntes **brutas**	17 181 297,09
(2) Despesa corrente	13 204 945,00
(3) Amortizações médias dos empréstimos	342 398,06
TOTAL (1) - (2) - (3)	**3 633 954,03**
Equilibrio orçamental (art. 40º da Lei 73º/2013 de 3/09)	**SIM**

Cumpre-nos ainda referir, que se encontra em conformidade o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2019 e que não tivemos, ao longo do período de desempenho das funções de fiscalização, conhecimento de quaisquer factos ou situações que mereçam reparo destacável à sua expressa divulgação, pois tudo se encontra divulgado no Anexo.

Coimbra, 09 de junho de 2020

José Joaquim Marques de Almeida
Em representação de
Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, SROC, S.A.

MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

ANEXO I

	31.12.2019		31.12.2018		Variação	
					Valor	%
Activo						
Imobilizado:						
Bens de Domínio Público	14 980 299,91 €	22,7%	16 264 969,00 €	25%	- 1 284 669,09 €	-7,90%
Imobilizações Corpóreas	40 154 850,90 €	60,8%	39 369 519,63 €	60%	785 331,27 €	1,99%
Imobilizações Incorpóreas	28 092,26 €	0,0%	5 000,00 €	0%	23 092,26 €	461,85%
Investimentos Financeiros	2 042 419,36 €	3,1%	1 729 960,96 €	3%	312 458,40 €	18,06%
	57 205 662,43 €	**86,6%**	**57 369 449,59 €**	**87,6%**	**- 163 787,16 €**	**-0,29%**
Circulante:						
Existências	**218 665,80 €**	0,3%	**213 926,48 €**	**0%**	**4 739,32 €**	**2,22%**
Dividas de Terceiros - Médio e longo prazo						
Clientes	- €	0,00%	- €	0%	- €	n.a.
	- €		**- €**		**- €**	**n.a.**
Dividas de Terceiros - Curto Prazo						
Clientes c/c		0,0%		0%	- €	n.a.
Contribuintes c/c	5 871,07 €	0,0%	3 932,80 €	0%	1 938,27 €	49,28%
Utentes c/c	297 481,28 €	0,5%	250 984,20 €	0%	46 497,08 €	18,53%
Clientes / Contribuintes / Utentes Cobrança Duvidosa		0,0%	- €	0%	- €	n.a.
Estado e Outros Entes Públicos	29 192,21 €	0,0%	373 497,84 €	1%	- 344 305,63 €	-92,18%
Outros Devedores	13 186,55 €	0,0%	8 064,85 €	0%	5 121,70 €	63,51%
	345 731,11 €	**0,5%**	**636 479,69 €**	**1,0%**	**- 290 748,58 €**	**-45,68%**
Títulos Negociáveis	**- €**		**- €**		**- €**	**n.a.**
Depósitos Bancários e Caixa						
Depósitos Bancários	4 036 375,22 €	6,1%	3 219 981,80 €	5%	816 393,42 €	25,35%
Caixa	2 070,78 €	0,0%	768,33 €	0%	1 302,45 €	169,52%
	4 038 446,00 €	**6,1%**	**3 220 750,13 €**	**4,9%**	**817 695,87 €**	**25,39%**
Acréscimos e Diferimentos						
Acréscimos de Proveitos	4 197 327,98 €	6,4%	4 042 192,17 €	6%	155 135,81 €	3,84%
Custos Diferidos	74 183,69 €	0,1%	32 321,32 €	0%	41 862,37 €	129,52%
	4 271 511,67 €	**6,5%**	**4 074 513,49 €**	**6,2%**	**196 998,18 €**	**4,83%**
Total do Activo	**66 080 017,01 €**	**100%**	**65 515 119,38 €**	**100%**	**564 897,63 €**	**0,86%**

Delegação Coimbra

Sede

	31.12.2019		31.12.2018		Variação	
					Valor	%
Fundos Próprios e Passivo						
Fundos Próprios						
Património	19 701 283,54 €	39%	19 701 283,54 €	40%	- €	0,00%
Ajustamentos Partes de Capital		0,0%		0%	- €	n.a.
Reservas de Reavaliação		0,0%		0%	- €	n.a.
Reservas Legais	1 294 891,78 €	2,5%	1 222 881,60 €	2%	72 010,18 €	5,89%
Reservas Estatutárias		0,0%		0%	- €	n.a.
Reservas Livres		0,0%		0%	- €	n.a.
Subsídios		0,0%		0%	- €	n.a.
Doações	3 450,00 €	0,0%	3 450,00 €	0%	- €	0,00%
Resultados Transitados	28 952 532,16 €	57,0%	28 103 935,96 €	56%	848 596,20 €	3,02%
Resultado Líquido do Exercício	878 749,08 €	1,7%	720 101,88 €	1%	158 647,20 €	22,03%
Total dos Fundos Próprios	**50 830 906,56 €**	**100%**	**49 751 652,98 €**	**100%**	**1 079 253,58 €**	**2,17%**
Passivo:						
Provisões para riscos e encargos						
Outras provisões p/ riscos e encargos	123 439,98 €	0,8%	70 936,27 €	0,00 €	52 503,71 €	74,02%
Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo						
Dívidas a Instituições de Crédito	1 183 676,87 €	7,8%	1 419 328,89 €	9%	- 235 652,02 €	-16,60%
Fornecedores de Imobilizado C/C		0,0%		0%	- €	n.a.
Unidades de Participação - Fundo de Apoio Municipal	- €	0,0%	29 108,25 €	0,2%	- 29 108,25 €	-100,00%
	1 183 676,87 €	**7,8%**	**1 448 437,14 €**	**9,2%**	**- 264 760,27 €**	**-18,28%**
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo						
Dívidas a Instituições de Crédito		0,0%		0%	- €	n.a.
Fornecedores c/c	205 061,32 €	1,3%	111 106,57 €	1%	93 954,75 €	84,56%
Fornecedores facturas em recepção e conferência	10 872,46 €	0,1%	31,11 €	0%	10 841,35 €	34848,44%
Fornecedores Titulos a Pagar		0,0%		0%	- €	n.a.
Adiantamentos a Clientes		0,0%		0%	- €	n.a.
Clientes e Utentes c/ Caução de Água		0,0%		0%	- €	n.a.
Administração Autárquica	20 502,67 €	0,1%	10 833,66 €	0%	9 669,01 €	89,25%
Fornecedores de Imobilizado C/C	35 445,47 €	0,2%	48 476,28 €	0%	- 13 030,81 €	-26,88%
Fornecedores de Imobilizado facturas em recepção e conferência	12 093,99 €	0,1%		0%	12 093,99 €	n.a.
Estado e Outros Entes Públicos	36 268,27 €	0,2%	117 714,08 €	1%	- 81 445,81 €	-69,19%
Outros Credores	554 462,89 €	3,6%	706 701,64 €	4%	- 152 238,75 €	-21,54%
Fornecedores de imobilizado - leasing		0,0%		0,0%	- €	n.a.
Unidades de Participação - Fundo de Apoio Municipal	29 108,25 €	0,2%	58 216,50 €	0,4%	- 29 108,25 €	-50,00%
Dívidas a instituições de crédito	235 792,15 €	1,5%	284 966,79 €	1,8%	- 49 174,64 €	-17,26%
	1 139 607,47 €	**7,5%**	**1 338 046,63 €**	**8,5%**	**- 198 439,16 €**	**-14,83%**
Acréscimos e Diferimentos						
Acréscimos de Custos	708 666,30 €	4,6%	729 860,69 €	5%	- 21 194,39 €	-2,90%
Proveitos Diferidos	12 093 719,83 €	79,3%	12 176 185,67 €	77%	- 82 465,84 €	-0,68%
	12 802 386,13 €	**84,0%**	**12 906 046,36 €**	**81,9%**	**- 103 660,23 €**	**-0,80%**
Total do Passivo	**15 249 110,45 €**	**100%**	**15 763 466,40 €**	**100%**	**- 514 355,95 €**	**-3,26%**
Total dos Fundos próprios e Passivo	**66 080 017,01 €**	**100%**	**65 515 119,38 €**	**100%**	**564 897,63 €**	**0,86%**

ANEXO II

RUBRICAS	31 DE DEZEMBRO DE 2019		31 DE DEZEMBRO DE 2018		VARIAÇÃO	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
CUSTOS						
CMVMC	505 642,45 €	2,89%	634 129,35 €	3,65%	-128 486,90 €	-20,26%
FSE	5 878 597,72 €	33,65%	5 708 463,96 €	32,85%	170 133,76 €	2,98%
CUSTOS COM O PESSOAL	5 415 632,54 €	31,00%	5 230 040,96 €	30,10%	185 591,58 €	3,55%
TRANSF. E SUBS. CORR. CONC. E PREST SOCIAIS	1 047 155,10 €	5,99%	906 465,03 €	5,22%	140 690,07 €	15,52%
AMORTIZAÇÕES DO EXERCICIO	3 759 627,97 €	21,52%	3 742 432,58 €	21,54%	17 195,39 €	0,46%
PROVISÕES DO EXERCICIO	66 296,67 €	0,38%	80 169,90 €	0,46%	-13 873,23 €	0,00%
OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS	135 714,45 €	0,78%	123 566,51 €	0,71%	12 147,94 €	9,83%
CUSTOS E PERDAS FINANCEIROS	5 855,80 €	0,03%	8 247,30 €	0,05%	-2 391,50 €	-29,00%
CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS	652 916,64 €	3,74%	943 981,04 €	5,43%	-291 064,40 €	-30,83%
TOTAL	**17 467 439,34 €**	**100,00%**	**17 377 496,63 €**	**100,00%**	**89 942,71 €**	**0,52%**
PROVEITOS						
VENDAS E PRESTAÇOES DE SERVIÇOS	2 776 925,12 €	15,14%	2 582 434,56 €	14,27%	194 490,56 €	7,53%
IMPOSTOS E TAXAS	4 421 792,34 €	24,10%	4 752 422,42 €	26,26%	-330 630,08 €	-6,96%
VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
TRABALHOS P/ A PROPRIA EMPRESA	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
PROVEITOS SUPLEMENTARES	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
TRANSFERENCIAS E SUBSIDIOS OBTIDOS	9 257 466,38 €	50,46%	8 532 841,14 €	47,15%	724 625,24 €	8,49%
OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS	1 020 490,94 €	5,56%	977 741,57 €	5,40%	42 749,37 €	0,00%
PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	9 802,79 €	0,05%	9 609,84 €	0,05%	192,95 €	2,01%
PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINARIOS	859 710,85 €	4,69%	1 242 548,98 €	6,87%	-382 838,13 €	-30,81%
TOTAL	**18 346 188,42 €**	**100,00%**	**18 097 598,51 €**	**100,00%**	**248 589,91 €**	**1,37%**

RESULTADO LÍQUIDO	**878 749,08 €**	**720 101,88 €**
RESULTADOS OPERACIONAIS	**668 007,88 €**	**420 171,40 €**
RESULTADOS FINANCEIROS	**3 946,99 €**	**1 362,54 €**
RESULTADO EXTRAORDINÁRIOS	**206 794,21 €**	**298 567,94 €**